

A forma política do MST

Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira*

RESUMO:

Nosso interesse se concentra na investigação do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Brasil, como um espaço de educação/formação política, utilizando como chave metodológica a concepção de partido político, presente na obra de Antonio Gramsci. A partir da análise da história do movimento e da construção de sua organização política procuramos entender em que medida o MST desvencilha-se do estágio econômico-corporativo que caracteriza seus primeiros anos de existência e elabora uma concepção de mundo adequada às classes subalternas, alçando um novo estágio em sua construção histórica, o momento essencialmente político. Neste sentido, pretende-se investigar se a estrutura organizativa do MST pode ser considerada como uma instituição educativa das classes subalternas, assumindo assim a “forma” do partido político gramsciano¹.

PALAVRAS-CHAVE: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MOVIMENTO SOCIAL, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA - FORMAÇÃO POLÍTICA - PARTIDO POLÍTICO.

* Mestranda em Ciência Política pelo programa de pós-graduação do IFCH/Unicamp.

¹ Esta pesquisa insere-se em um trabalho de investigação mais abrangente levado a efeito pelo grupo de pesquisa Marxismo e Teoria Política, coordenado pelo Prof. Dr. Álvaro Bianchi. O Grupo desenvolve suas atividades no âmbito do Centro de Estudos Marxistas (CEMARX), no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

ABSTRACT

Our interest is concentrated on the investigation of the Landless Workers Movement in the Brazil, like an political education/formation space, using as procedural key the conception of political party present on research of Antonio Gramsci. From the analysis of the movement's history and the construction of its organization politics we search into how the MST disengages of the economic corporative period of training that characterizes its first years of existence and elaborates an adequate conception of world to the subaltern class, arising a new stage of training in its historical construction, the moment essentially politician. In this direction, it is intended to investigate if the organic structure of the MST can be considered as an educative institution of the subaltern class, thus assuming the "form" of the gramsciano political party.

KEYWORDS: LANDLESS WORKERS MOVEMENT - SOCIAL MOVEMENT, POLITICS ORGANIZATION - POLITICS FORMATION - POLITICAL PARTY

O MST: MOVIMENTO SOCIAL E PARTIDO DE MASSAS

A potencialidade política das classes subalternas do campo encontra uma vasta bibliografia crítica, principalmente no que concerne à capacidade de organização desse estrato social. Parte desta bibliografia tem seu substrato principal no pensamento de Karl Marx, cujas obras têm alimentado a práxis dos mais variados grupos de contestação da ordem social.

Para Marx, os camponeses são uma classe social na medida em que apresentam uma similitude de condições materiais e culturais de vida, porém não há no grupo, baseado na pequena propriedade familiar, uma unidade orgânica. Dito de outra forma, cada grupo familiar funciona de forma quase autônoma, baseado na produção de subsistência, o que o torna estéril politicamente, pois não há interação social entre os diversos grupos baseados neste tipo de produção. Neste sentido, o próprio modo de produção os isola, "a pequena propriedade não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação dos métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais" (Marx, 2003: 38), realizando desta forma, mais trocas com a natureza do que com a sociedade. Tal situação torna, segundo este raciocínio, a classe camponesa similar a um "saco de batatas", ou seja, é constituída de unidades

homólogas sem que haja nenhum elemento que a torne uma comunidade. Ela é uma “classe em si, mas não uma classe para si”, na medida em que não desenvolve ligação nacional, nem organização política, sendo os camponeses nesta situação “incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome” (Marx, 2003: 38).

Nesta mesma direção apontam os estudos que afirmam que os camponeses não se organizam autonomamente, em parte pelo seu já consolidado costume à falta de poder, em parte pela passividade reforçada por um fatalismo de base religiosa, nos quais a estrutura é vista como vontade de Deus e a justiça como um valor “além túmulo” (cf. Adriance, 1996).

Entretanto, recentemente somos testemunhas de movimentos de caráter contestatório que tem por base justamente os camponeses, nos quais a religião ao contrário de induzir ao conformismo, produz um sentido de “missão” histórica de implantação de uma nova sociedade, que se aproxima da “Terra Prometida” bíblica, o que Hobsbawn chama de movimentos messiânicos. Diferente da historiografia que tende a reduzir a importância histórica dos movimentos camponeses ditos “primitivos”, considerando-os reminiscências de fenômenos marginais, Hobsbawn enxerga-os como estando na raiz das grandes reviravoltas do século XX, nas quais os camponeses ou massas pobres da zona rural exerceram papel decisivo: a Revolução Mexicana de 1911, a Revolução Russa de 1917, a Revolução Espanhola de 1936, a Revolução Chinesa e a Revolução Cubana (cf. Hobsbawn, 1969, 1978 e 1982). Assim, pode-se compreender tais fenômenos partindo da constatação de que a modernização, o surgimento do capitalismo nas sociedades camponesas tradicionais e a introdução do liberalismo acarretam um cataclismo social que as desarticula por completo, constituindo uma agressão ao seu modo de vida. Tais eventos despertam a revolta camponesa contra essa nova ordem sentida como insuportavelmente injusta, o que inspira a nostalgia “pelos velhos tempos”, em menor ou maior grau, míticos.

Tendo em vista essa leitura do potencial revolucionário camponês, despertado pela absoluta crise que se instaura no meio rural a partir da modernização capitalista, aliado a um ideal de sociedade em certa medida mítico, acreditamos que o Movimento Sem-Terra (MST) é um dos mais salientes paradigmas deste fenômeno social e político das classes subalternas do campo no Brasil.

O MST COMO MOVIMENTO SOCIAL DE MASSAS

O MST alcança uma coesão organizativa e ideológica bastante significativa estando presente em âmbito nacional, notável também pela sua capacidade de politização do

tema da Reforma Agrária e de mantê-la na pauta nacional de discussão. O Movimento pode ser caracterizado por “um misto espantoso de religiosidade popular, revolta camponesa ‘arcaica’ e organização moderna, na luta radical pela reforma agrária e, em longo prazo, por uma ‘sociedade sem classes’” (Löwy, 2001).

Todas essas características podem ser identificadas desde o surgimento do Movimento, que se dá em meio a um período de grande repressão social que foi a década de 1970, durante o regime militar. Tem em suas raízes o grande cataclismo no campo de que nos fala Hobsbawm representado pela modernização da agricultura e a implantação da agroindústria, produzindo um exército de trabalhadores rurais sem terra e sem perspectiva de trabalho no campo ou na cidade. O Golpe de 1964 alterou profundamente a estrutura agrária na medida em que favoreceu a concentração de terras, em virtude de sua orientação de desenvolvimento calcado na grande empresa capitalista.

O Regime Militar, neste sentido, cumpre o duplo papel de desmobilizar os movimentos que vinham se desenvolvendo desde a década de 1950 com as ligas camponesas, os sindicatos rurais, o Partido Comunista Brasileiro entre outros, e efetivar um novo padrão de acumulação capitalista no campo.

Após 1964, quando se inicia o período de Ditadura Militar e os movimentos sociais são duramente reprimidos, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que já se organizavam desde 1960 são preservadas. Estas nasceram como forma de suprir o déficit de agentes pastorais para as comunidades mais afastadas, principalmente nas zonas rurais, mas em meio ao cenário de agitação política e conflitos no campo, acabaram por tornar-se agentes de educação das massas. As comunidades de base foram um pólo central de organização política em virtude desta relativa liberdade para organização de movimentos sociais e formação de consciências, desempenhando importante papel na formação de quadros que posteriormente se integravam aos partidos políticos, sindicatos e demais organizações da sociedade civil no cenário nacional (cf. Boff, 1980 e Gómez de Souza, 1981). A Teologia da Libertação, concepção político-religiosa adotada nas CEBs, foi assimilada pelo Movimento de forma a tornar-se aspecto inseparável e até mesmo “marca” característica do MST, que se traduz num corpo de crenças, práticas e simbologias que o Movimento chama de “Mística”.

Podemos entender, portanto, que a dificuldade de organização política das classes subalternas camponesas é diminuída principalmente pelos seguintes fatores: 1. O aprofundamento da modernização capitalista no campo ao gerar um exército de tra-

balhadores sem-terra e sem perspectiva de emprego rural ou urbano, que abre espaço para que mediadores possam organizar a massa “sobrante”, principalmente nos anos imediatamente anteriores à abertura política. A Igreja Católica por sua vez entende que o apoio aos trabalhadores rurais diante dos conflitos pode ser uma eficiente forma de reaver espaço perdido para grupos evangélicos pentecostais e grupos de orientação comunista/socialista; 2. A intervenção da igreja católica de tendência progressista acarreta a politização da questão agrária e uma inusitada participação massiva dos leigos nas comunidades; 3. O patrimônio político acumulado e os quadros formados entre os camponeses em virtude da relativa liberdade exercida pelas CEBs durante o período da ditadura favorecem o fortalecimento dos movimentos embrionários.

Está explícito, portanto, que a influência das CEBs na formação do MST vai além dos aspectos meramente teórico-religiosos, ela representa um modelo que favorece a organização política, instaurado efetivamente nos primeiros anos de existência do Movimento.

Como parte da estrutura organizativa constam o congresso, o encontro e a direção nacional. A instância de decisão superior no MST é o congresso nacional, que acontece a cada cinco anos, destaca-se por ser o espaço de discussão e deliberação da linha política, a qual será aplicada em todos os Estados onde o Movimento está presente. João Pedro Stédile, membro da direção nacional, afirma que de fato o Movimento é centralizado no que tange à linha política. Em suas palavras: “*somos centralizados na linha política, o jeito de aplicar é completamente descentralizado*” (Stédile e Fernandes, 1999: 89).

Para aqueles que têm se dedicado ao estudo do tema, o MST encontra-se em um dilema entre as demandas de sua base, a necessidade de terras como meio de subsistência, que em geral ocorre a partir da organização descentralizada nos acampamentos, divisão de tarefas em setores e instâncias de decisão, etc., e os objetivos em longo prazo do Movimento, como a transcendência do modo de produção capitalista (cf. Feix, 2001), o que pressupõe práticas centralizadoras no que tange à linha política, passíveis de serem interpretadas como não-democráticas. Neste sentido, ao mesmo tempo em que o MST adota uma estrutura descentralizada para consecução de objetivos mais imediatos, podemos dizer mais práticos como organização de ocupações, manifestações, organização de acampamentos e assentamentos, ocorre também uma centralização não-democrática quando limita o debate ideológico a um evento nacional, cuja periodicidade (o congresso a cada cinco anos e o encontro

a cada dois anos) não permite uma ampla discussão, restringindo-a de forma sistemática aos vinte e um membros da direção nacional que se reúnem a cada quarenta dias (Feix, 2001:125).

Uma vez que os trabalhadores rurais se inserem no movimento com vistas ao atendimento de demandas imediatas como renda, trabalho e moradia, ao alcançar estes objetivos e tornarem-se assentados, alarga-se o fosso entre a base, localizada nos assentamentos, e a direção do movimento, que por sua vez, demonstra claramente que seu projeto de reforma agrária supera em muito a simples aquisição de terras, visto que o discurso ideológico da direção do movimento sugere a superação do presente modo de produção e a transição para um modelo socialista.²

Aparentemente há no MST uma contradição entre sua estrutura interna limitada democraticamente e o resultado de suas práticas para o conjunto da sociedade, que teriam repercussões democráticas, visto que o Movimento incita a participação política nas regiões mais afastadas dos centros urbanos, onde ainda grassam práticas de mandonismo e coronelismo (cf. Santos, 2002: 213). A referida limitação da democracia interna está relacionada em certa medida à formação dos militantes. Segundo Zander Navarro existe sobre os militantes uma “*férrea disciplina e obediência aos dirigentes principais*” (Santos, 2002: 217). Ele ainda aponta para a não existência de eleições: todos os cargos seriam ocupados por meio de indicações feitas pelos quadros mais altos do Movimento (diferente do que afirma Stédile, cf. Stédile e Fernandes, 1999: 90). Isto resultaria na efetividade de uma relação de dependência entre dirigentes e militantes, o que diminuiria a força de contestação das decisões da direção por estes últimos.

Percebemos que existe uma ampla gama de interpretações acerca do MST e seu processo democrático, interpretações, aliás, bastante divergentes. Percebe-se também

2 A orientação ideológica do Movimento pode ser resumida numa das falas recorrentes de um dos mais destacados dirigentes do MST, João Pedro Stédile: “*A nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital*”. (Stédile e Fernandes, 1999: 74). Encontramos a ideologia do Movimento sistematizada em seu projeto político pedagógico, onde se lê: “... *um processo pedagógico que se assume como política, ou seja, que se vincula organicamente com os processos que visam a transformação da sociedade atual e a construção, desde já, de uma nova ordem social, cujos pilares principais sejam, a justiça social, a radicalidade democrática e os valores humanistas e socialistas*”. (Cadernos do MST, 1996: 6. A educação no MST, portanto, assume explicitamente seu caráter de “*educação para a transformação social*” (Morissawa, 2001: 246).

o tom de crítica dos intelectuais que já estiveram ligados em alguma medida ao Movimento e que depois se afastaram, bem como a clara defesa daqueles que permanecem organicamente ligados ao MST. Não estamos com isso desautorizando as análises aqui descritas, apenas apontamos para a necessidade de um trabalho de campo que possa investigar de forma acurada a estrutura organizativa do MST e seus desdobramentos e implicações políticas na formação de seus militantes.

Com referência à orientação ideológica, o MST expressa claramente a defesa dos elementos socialistas, também chamados de “valores” socialistas. O termo “valores” é usado por ser uma aproximação aos valores cristãos na Teologia da Libertação. A ideologia revolucionária exerce um grande poder de determinação na constituição da natureza política e social do MST, daí que um dos elementos marcantes do Movimento seja sua ênfase na formação política de seus quadros, o que faz surgir a necessidade também de prover educação básica e alfabetização de jovens e adultos.

A centralidade da orientação ideológica e a importância da educação política como balizadoras da estrutura organizativa indicam uma clara similaridade à estrutura dos partidos socialistas da Europa Continental (Duverger, 1970: 36). Entendemos desta forma que o fato de a ideologia revolucionária exercer um grande poder de determinação na constituição da natureza política e social do MST fundamenta a possibilidade de aproximação à estrutura dos partidos políticos de massa, que têm como eixo central a ideologia partidária como determinante de suas características organizacionais.

O MST COMO PARTIDO POLÍTICO

Forma e função não devem ser separadas analiticamente, entretanto é possível afirmar a existência de inter-relações entre estes dois elementos no interior de uma organização política (cf. Hirsch: pp.150). Assim, podemos dizer que a forma política do MST corresponde às funções que tem assumido ao longo de sua história. Conforme procuramos demonstrar acima, o Movimento se constrói principalmente como reação ao impacto devastador do processo de desenvolvimento capitalista sobre o trabalhador rural, ou seja, como reação à precarização da situação econômico-social dos trabalhadores rurais. Neste sentido, no início, o Movimento consistia essencialmente na defesa de direitos imediatos de condições de subsistência como trabalho, moradia e segurança. Pode-se dizer que inicialmente o MST visava objetivos de na-

tureza econômico-corporativa. Contudo, seu desenvolvimento revela a construção de uma estrutura organizativa que se expande para além desses interesses imediatos, a organização política construída dentro do movimento amplia o debate do meramente econômico-social para a esfera ético-política. Desta forma, o Movimento sintetiza um corpo de reivindicações concernentes a toda a sociedade, apresentando um projeto nacional e, portanto, que toca não apenas os trabalhadores rurais, mas a própria forma de organização social, ou seja, ele sintetiza uma pauta política com pretensões universalizantes, totalizantes.

Segundo Stédile, membro da direção do Movimento, o MST se diferencia dos outros movimentos que lutam por terra no Brasil justamente pelo fato de o MST “abraçar uma bandeira e ultrapassar o corporativismo” (Stédile, 1997). Afirmar ainda que “é preciso construir um projeto político nacional alternativo” que seja nacional e popular, entendido enquanto processo histórico (Stédile, 1997). Ao fazer isto, ele transcende o momento meramente econômico e passa a uma esfera superior, a esfera política, e esta propriedade de alargamento de reivindicações do grupo fundante da organização para os demais grupos sociais é justamente o que caracteriza um partido político. Ao realizar essa passagem ético-política, portanto, o MST, toma a “forma” de um partido. A fase mais estritamente política que assinala a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas complexas é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em partido, e se dá no momento em que o grupo:

adquire consciência de que seus próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses dos outros grupos subordinados (Gramsci, CC, v. 3, caderno, 13, §17: 41).

Assim, para a consecução de seu projeto político nacional, o Movimento constrói uma estrutura organizativa institucionalmente similar aos partidos políticos, portadora de ideologia própria que consiste num corpo de concepções políticas que balizam as ações do grupo; um grupo de intelectuais dirigentes que representam o elemento principal de coesão da organização; uma camada média de militantes, que articula a direção à base e que os põe em contato não apenas físico, mas também moral e intelectual e, por fim, a base formada pelas famílias de trabalhadores rurais, homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade,

que constituem uma força na medida em que existe quem os centralize, organize e discipline. Elementos que em seu conjunto conformam a estrutura do partido (cf. Gramsci, CC, v. 3, caderno 14: 315-319)

Ressaltamos, contudo, que não somos pioneiros neste paralelo entre MST e partido político, pois já foi dito que “o MST é o maior partido camponês da América Latina” (Martins, *apud*: Stédile e Fernandes, 1999: 37). Esta análise parte da diferença entre o movimento de massa tradicional e a organização do Movimento. Segundo José de Souza Martins, a tendência de um movimento social é a desaparecer uma vez atingidos seus objetivos ou transformar-se em organização partidária ou de outro tipo. No caso do MST, seria possível afirmar que já deixou de ser movimento e passou a ser organização. Neste sentido, o MST ao dar estatura política a uma luta popular, transforma-se num partido popular agrário. Resta-nos estabelecer mais rigorosamente quais elementos estão envolvidos na “forma política do MST”. Em decorrência, se demonstrarmos em que sentido podemos entendê-lo sob a forma do partido político, podemos avançar examinando em que medida é capaz de cumprir a função deste partido, qual seja, a formação da consciência crítica e autônoma de seus militantes e a elevação do senso comum ao bom senso. Assim, é possível refletir em que medida e sob que forma esta organização favorece ou não a construção de consciências autônomas e atuantes politicamente, o que implica sujeitos capazes de cumprir seu papel na construção da hegemonia das classes subalternas.

BIBLIOGRAFIA

ADRIANCE, Madeleine Cousineau. *Terra Prometida: as Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais*. São Paulo: Paulinas, 1996.

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FEIX, Plínio José. *Os Interesses sociais e a Concepção Política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região de Rondonópolis- MT*. Dissertação de Mestrado, Campinas, IFCH, Unicamp, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 3.

HIRSCH, Joachim O problema da dedução da forma e da função do Estado burguês. REICHELDT, Helmut et al. *A teoria do Estado: materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HOBBSBAWM, Eric J. *Rebeldes primitivos: estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1969.

_____. *Capitão Swuing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para Viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

DOCUMENTO MST

SETOR DE EDUCAÇÃO DO MST, *Princípios da Educação no MST*, Cadernos de Educação, n. 8, Porto Alegre, 1996.

PERIÓDICOS

BOFF, Clodovis. "CEBs e Práticas de Libertação". In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, Rio de

Janeiro: ITF, v. 40, fasc. 160, , Dez. 1980.

GÓMEZ DE SOUZA, Luiz Alberto. “A Política Partidária nas CEBs”. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, Rio de Janeiro: ITF, v. 41, fasc. 164, Dez.1981.

LÖWY, Michel. “A Mística da Revolução”. In: *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais! 1º abr. 2001.

STÉDILE, João Pedro. “Sem-Terra contra o corporativismo”. In: *Praga: Estudos Marxistas*, São Paulo: Hucitec, n. 4, 1997.